

Márcio Berto Alexandrino de Oliveira  
Allan Dias Toledo Malta  
Layon Nicolás Dias Pereira

# A Defesa do Agente Público na Ação de Improbidade Administrativa

**De acordo com a Lei nº 13.964/2019,  
“Lei Anticrime”**

**3ª Edição**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2020

Copyright © 2020 by Márcio Berto Alexandrino de Oliveira  
Allan Dias Toledo Malta  
Layon Nicolas Dias Pereira

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

1176799  
CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

OL48d

Oliveira, Márcio Berto Alexandrino de  
A defesa do agente público na ação de improbidade administrativa /  
Márcio Berto Alexandrino de Oliveira, Allan Dias Toledo Malta, Layon  
Nicolas Dias Pereira. – 3. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.  
336 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 249-260.

ISBN 978-65-5510-024-2

1. Improbidade administrativa. 2. Agente público. 3. Princípio da res-  
ponsabilidade subjetiva. 4. Devido processo legal. 5. Estado democrático  
de direito. I. Malta, Allan Dias Toledo. II. Pereira,, Layon Nicolas Dias.  
III. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

## Sumário

1. Notas Iniciais sobre a Defesa do Agente Público na Ação de Improbidade Administrativa .....	1
2. O Processo no Paradigma do Estado Democrático de Direito .....	5
2.1 Procedimento e Processo .....	11
2.2 As nulidades no processo.....	16
3. A Responsabilização Subjetiva e Objetiva .....	21
4. Princípios Basilares da Administração Pública.....	25
4.1 Princípio da Legalidade .....	26
4.2 Princípio da Impessoalidade .....	28
4.3 Princípio da Moralidade .....	30
4.4 Princípio da Probidade .....	32
4.5 Princípio da Publicidade.....	33
4.6 Princípio da Eficiência.....	35
4.7 Princípio da Supremacia do Interesse Público.....	37
4.8 Princípio da Autotutela .....	38
4.9 Princípio da Indisponibilidade .....	40
4.10 Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.....	41
4.11 Princípio da Segurança Jurídica.....	43
4.12 Princípio da Proporcionalidade .....	45
4.13 Princípio da Precaução.....	47
4.14 Princípio da Motivação .....	48
4.15 Princípio do Devido Processo Legal .....	50
5. A Definição de Agente Público .....	53

6. Ato Administrativo e Mérito Administrativo .....	55
7. A Convalidação dos Atos Administrativos Eivados de Mera Irregularidade .....	59
8. O Controle do Mérito do Ato Administrativo pelo Poder Judiciário .....	61
8.1 O controle do mérito administrativo no julgamento político pelo Judiciário .....	68
9. Noções Preliminares sobre a Improbidade Administrativa .....	73
10. Os Tipos de Ato de Improbidade Administrativa .....	79
11. A Individualização da Conduta e a Justa Causa na Ação de Improbidade Administrativa .....	85
12. A Importância da Notificação e da Manifestação por Escrito/Defesa Pré- via e a Banalização Destes Institutos.....	91
13. O Dever de Fundamentação da Decisão que Recebe a Petição Inicial na Ação de Improbidade Administrativa .....	97
14. A Inadmissibilidade da Responsabilização Objetiva do Agente Público na Ação de Improbidade Administrativa .....	101
14.1 A responsabilização do advogado parecerista por ato de improbidade administrativa .....	110
14.2 A legalidade como diretriz dos atos da Administração Pública – Necessidade de Lei autorizativa para fixar jornada de trabalho diversa da norma que regulamenta a atividade profissional .....	120
14.3 A Impossibilidade de decretação da indisponibilidade de bens sem a devida instrução processual.....	123
14.3.1 A impossibilidade jurídica de a indisponibilidade de bens recair sobre a eventual aplicação da multa civil.....	130
14.3.2 A indisponibilidade de bens deve recair de forma dividida entre os réus .....	133

14.4 Imputação de ato de improbidade administrativa terceiro não agente público .....	134
14.5 Da ausência de improbidade administrativa quando o ato é amparado em lei específica.....	136
14.5.1 A impossibilidade de declaração incidental de inconstitucionalidade na Ação de Improbidade Administrativa .....	140
14.6 A impossibilidade de ajuizamento de Ação de Improbidade Administrativa cumulada com pedido de dano moral coletivo .....	142
14.7 A impossibilidade de condenação do gestor por ter executado o convênio nos exatos termos das cláusulas ajustadas – “venire contra factum proprium” .....	147
14.8 A indisponibilidade de bens não deve recair sobre a meação do côn- juge e bem de família .....	151
14.9 A suspensão dos direitos políticos como penalidade em razão da prática do ato de improbidade.....	154
14.10 A necessidade de nomeação de defensor ao acusado que não constituir advogado na ação de improbidade administrativa .....	159
14.11 A competência do juízo para julgar a ação de improbidade administrativa .....	161
14.12 A razoabilidade e proporcionalidade na aplicação das penalidades e na indisponibilidade de bens.....	163
14.13 A ausência de ato de improbidade na contratação de parente de servidor ou dirigente de órgão na licitação .....	167
14.13.1 A uniformidade das cláusulas nas modalidades tomada de preços, leilão, concorrência e pregão .....	173
14.14 Ausência de ato de improbidade quando a prorrogação do contrato ultrapassa o limite da modalidade que antecedeu o contrato original .....	176

14.15 A responsabilização por ato de improbidade administrativa com o advento da Lei Ordinária Nacional nº. 13.655/2018, que alterou o Decreto-Lei nº. 4.647/1942, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro .....	189
14.16 A aplicação do Princípio da Insignificância na ação de improbidade administrativa .....	191
15 A Colaboração Premiada na Ação de Improbidade Administrativa .....	197
15.1 A utilização das informações da colaboração premiada na ação de improbidade administrativa .....	202
15.2 A Interceptação telefônica como prova emprestada na ação de improbidade e na colaboração premiada .....	206
16. A Banalização da Utilização da Ação de Improbidade para Retirada do Nome dos Entes dos Cadastros de Inadimplentes.....	209
17. A Garantia do Contraditório Substancial na Ação de Improbidade Administrativa e o Dever de Fundamentação .....	213
18. A Prescrição da Punibilidade dos Atos de Improbidade Administrativa.....	221
18.1 Prescrição quanto a situações funcionais transitórias .....	224
18.2 Prescrição quanto a situações funcionais permanentes .....	227
18.3 Prescrição quanto ao terceiro .....	231
18.4 A prescrição intercorrente na ação de improbidade administrativa...	233
19. A Possibilidade de Condenação do Estado Ao Pagamento dos Honorários Advocatícios em Caso de Sucumbência do Ministério Público.....	241
Considerações Finais .....	245
Referências Bibliográficas .....	249
Anexo – Legislação Pertinente.....	261